

14 — Constituição do júri — o júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Jorge Manuel da Cunha Mendes Riso, vereador.
Vogais efectivos:

Joaquim António Rodrigues Pereira, director do Departamento de Fomento e Serviços Urbanos e José Carlos Costa Nunes, chefe de Serviços de Limpeza.

Vogais suplentes:

Luís Fernando Martins Rema, vereador, e Carla Sofia da Silva Gambôa, engenheira — área do ambiente de 2.ª classe.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal suplente.

15 — Afixação e publicação das listas — a relação dos candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, ou afixadas no edifício dos Paços do Concelho de Alenquer, conforme as situações previstas nos artigos 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

16 — Realização dos métodos de selecção — a data, hora e local da realização dos métodos de selecção serão marcados oportunamente, sendo os candidatos notificados das mesmas através de ofício.

17 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

19 de Julho de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Jorge Manuel da Cunha Mendes Riso*.
1000304431

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Aviso n.º 54/2006

Para os devidos efeitos, tornam-se públicos os despachos proferidos pela presidente em 27 de Julho de 2006:

1 — Celebração de contratos administrativos de provimento para realização de estágios probatórios com:

1.1 — Tânia Alexandra Camões Fonseca, na carreira/categoria de técnico superior de 2.ª classe (licenciatura em Direito);

1.2 — Susana Alexandra Martins Guerreiro, na carreira/categoria de técnico superior de 2.ª classe (licenciaturas em Organização e Gestão de Empresas ou em Gestão), ambos na sequência de concursos externos de admissão a estágio para ingresso nessa carreira, cujas listas de classificação final foram afixadas em 20 de Julho de 2006. O júri dos estágios é o designado para os concursos e a sua composição encontra-se publicada no *Diário da República*, 3.ª série, n.ºs 211, de 3 de Novembro de 2005, e 246, de 26 de Dezembro de 2005, respectivamente;

2 — Nomeação definitiva de Isabel Maria Pereira Baptista Pires Barreto, na carreira/categoria de técnico superior de 2.ª classe (licenciaturas em Economia, Gestão e Gestão e Administração Autárquica) na sequência da aprovação no respectivo estágio, cuja classificação final foi homologada pela presidente da Câmara em 18 de Julho de 2006;

3 — Nomeações na carreira/categoria de auxiliar técnico de museografia na sequência de concurso externo de ingresso nessa carreira, cuja lista de classificação final foi afixada em 20 de Julho de 2006:

3.1 — Provisórias de Telma Sofia do Nascimento Marreiros, Ana Luísa Santos Feliciano e Tânia Filipa Santos Lopes Pires.

3.2 — Em comissão de serviço de Sónia Teresa Morais Augusto.

Os processos não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas e produzirão efeitos legais no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso.

2 de Agosto de 2006. — O Vereador dos Serviços Municipais de Urbanismo, Mobilidade e Fiscalização Municipal, *José Manuel Raposo Gonçalves*.
3000213095

CÂMARA MUNICIPAL DE AMARES

Aviso

Discussão pública — alvará n.º 02/1988

Alteração a operação de loteamento em Lugar Novo ou Sertão — Prozelo, Amares

José Lopes Gonçalves Barbosa, presidente do município de Amares, torna público, em função do previsto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que se encontra aberto a partir do 8.º dia, a contar da presente publicação, e pelo prazo de 15 dias, o período de discussão pública para aprovação do pedido de alteração de licenciamento da operação de loteamento com alvará n.º 02/1988, requerida por António Boaventura Fernandes de Barros, casado, número de identificação fiscal 176605827, residente em Lugar Novo, freguesia de Prozelo, concelho de Amares, durante o qual os interessados poderão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões.

Durante este período, os interessados poderão consultar a alteração ao projecto de loteamento, bem como a informação técnica elaborada pelos serviços municipais competentes, devendo dirigir-se à Divisão de Urbanismo e Serviços Urbanos, deste município.

Os interessados deverão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões em requerimento devidamente identificado, dirigido ao presidente do município de Amares, podendo, para o efeito, utilizar impresso próprio que pode ser obtido na divisão supra-referida.

Para constar, se mandou publicitar este aviso no jornal oficial, o *Diário da República*, 3.ª série, para cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e de harmonia com o definido no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

10 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Barbosa*.
3000211267

CÂMARA MUNICIPAL DE ARRAIÓLOS

Aviso

Para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 28 de Março de 2005, foram celebrados, ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, contratos de trabalho a termo resolutivo certo, pelo período de seis meses, com os trabalhadores abaixo designados, cuja remuneração foi a correspondente ao escalão 1, índice 142, perfazendo o vencimento mensal ilíquido de 457,13 euros:

Pedreiros — início em 1 de Abril de 2006:

- 1) António José Lopes Capacho.
- 2) António Manuel Pavia Bacalhau.
- 3) Joaquim Olímpio Pequito Diogo.
- 4) Manuel Serafim Virtuoso Carrasqueira.

[Contratos isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de conformidade com o disposto na alínea *g*) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

14 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Jerónimo José Correia dos Lóios*.
3000209456

Aviso

Para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 28 de Março de 2005, foram celebrados, ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, contratos de trabalho a termo resolutivo certo, pelo período de três meses, com os trabalhadores abaixo designados, cuja remuneração foi a correspondente a